



# Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA  
Tel.: 218 310 350 Fax: 218 310 359

e-mail: [info@jf-marvila.pt](mailto:info@jf-marvila.pt)

[www.jf-marvila.pt](http://www.jf-marvila.pt)

NIF.507330609

## EDITAL

-----**Belarmino Ferreira Fernandes Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Marvila:**-----

-----**Faz público**, que nos termos da alínea v), do n.º 1, do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ao abrigo do disposto na Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, conjugado com o regime do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01 de outubro, foi celebrado o Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo entre a Junta de Freguesia de Marvila e o Clube Oriental de Lisboa, o qual se encontra disponível em “<http://jf-marvila.pt/index.php/desp/editais>” para consulta.-----

-----Para constar e devidos efeitos, se lavra o presente edital e outros de igual teor, que vão ser publicitados nos lugares de estilo.-----

-----Lisboa, 18 de Setembro de 2015

O Presidente,



Belarmino Silva



# Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA  
Tel.: 218 310 350 Fax: 218 310 359

e-mail: [info@jf-marvila.pt](mailto:info@jf-marvila.pt)

[www.jf-marvila.pt](http://www.jf-marvila.pt)

NIF.507330609

## Junta de Freguesia de Marvila

### CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

[Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o Regime Jurídico das Autarquias Locais, Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto – Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo, Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro]

#### Entre a Junta de Freguesia de Marvila

E

#### Clube Oriental de Lisboa

#### Atribuição de Apoios Financeiros aos Clubes, Associações Desportivas e Outras Entidades.

### PREÂMBULO

A promoção e o apoio ao desporto, consubstanciado na criação de condições de prática desportiva, assume-se como uma das competências legais das autarquias na prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas.

A concretização do princípio constitucional expresso no art.º 79.º da Constituição da República Portuguesa, de modo a que todos tenham direito à cultura física e ao Desporto, exige a conjugação de vários esforços institucionais, nomeadamente do Governo e das autarquias, dos organismos da administração pública desportiva, das colectividades, das federações, das associações e dos clubes desportivos.

E de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro que estabelece a Lei de bases da atividade física e do desporto, incumbe às autarquias locais, a promoção e a generalização da atividade física, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos. E nos termos do n.º 1 do seu artigo 7.º, incumbe, igualmente, à Administração Pública, *“apoiar e desenvolver a prática desportiva regular e de alto rendimento, através da disponibilização de meios técnicos, humanos e financeiros, incentivar as atividades de formação dos agentes desportivos e exercer funções de fiscalização, nos termos da lei”*.





# Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA  
Tel.: 218 310 350 Fax: 218 310 359

e-mail: [info@jf-marvila.pt](mailto:info@jf-marvila.pt)

[www.jf-marvila.pt](http://www.jf-marvila.pt)

NIF.507330609

Os apoios materiais e logísticos ou comparticipações financeiras atribuídas pelo Estado, Regiões Autónomas e, em concreto, pelas autarquias locais, com vista ao desenvolvimento desportivo, são titulados por contrato-programa, conforme resulta do n.º 3 do artigo 46.º da citada Lei n.º 5/2007.

A celebração de contrato-programa, nos termos atrás enunciados, depende da observância de determinados requisitos, conforme se prevê no artigo 47.º da Lei de bases da atividade física e do desporto, e deverá observar o regime jurídico definido pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que estabelece o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo.

Assim, a Junta de Freguesia de Marvila, em cumprimento com a legislação em vigor, tem desenvolvido uma metodologia de apoios ao Movimento Associativo da Freguesia, concedendo apoios ou comparticipações financeiras na área do Desporto, e promovendo, consequentemente, o conceito de “Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo”.

## JUSTIFICAÇÃO

A Junta de Freguesia de Marvila considera que as associações desportivas desempenham uma importante função social, sendo de realçar a sua inestimável contribuição para o desenvolvimento do desporto, bem como para o lazer e ocupação dos tempos livres das populações, nomeadamente das camadas jovens. Razão pela qual importa dotar essas entidades com meios e recursos que viabilizem a sua actividade regular e que permitam a concretização de iniciativas e projectos de interesse comunitário.

O **Clube Oriental de Lisboa** é um dos Clubes históricos de Lisboa, fundando em 1946, com estatuto de utilidade pública reconhecido, através de publicação no Diário da República, n.º 75, II Série, de 31 de março, e com estatutos aprovados e publicados no Diário da República n.º 11, III Série, de 14 de maio de 1998, com sede social na Praça David Leandro da Silva, 22, 1900-652 Lisboa, com o número de pessoa coletiva 501 226 591.

O **Clube Oriental de Lisboa** é uma instituição sem fins lucrativos, de grandes tradições em diversas modalidades desportivas que se distingue no campo do pleno amadorismo e se rege pelos mais altos valores éticos do desporto, contribuindo para uma correta formação da juventude e para o desenvolvimento e incremento da prática na freguesia de Marvila.

Pelo **Clube Oriental de Lisboa** foi apresentado programa de desenvolvimento desportivo na modalidade de futebol de 11 (masculino), a nível das camadas jovens e escolas de formação, atentas as inscrições em diversas atividades nos Campeonatos Distritais da Associação de Futebol de Lisboa. Para o efeito, prevê-se uma despesa que ascenderá aproximadamente 27 500,00 €.

O **Clube Oriental de Lisboa** apenas depende das suas próprias receitas. No entanto, atento o valor orçamentado e indicado no ponto anterior, apenas conseguem fazer face a 20 500,00 € (vinte mil e quinhentos euros). Pelo que, a fim de poder garantir o programa atrás

cs

2





# Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA  
Tel.: 218 310 350 Fax: 218 310 359

e-mail: [info@jf-marvila.pt](mailto:info@jf-marvila.pt)

[www.jf-marvila.pt](http://www.jf-marvila.pt)

NIF.507330609

indicado, este Clube necessita do apoio desta Junta, através do financiamento no montante de 7 000,00 € (sete mil euros).

Só deste modo, conseguirá este **Clube** assegurar as inscrições, com os inerentes pagamentos de seguros salários de pessoal técnico, conservação e reparação de material desportivo e instalações.

Atenta à contribuição do **Clube Oriental de Lisboa**, considera a Junta de Freguesia de Marvila que o apoio a conceder à entidade beneficiária potenciará o desempenho da sua função social, educativa, cultural e desportiva e conferirá responsabilidades acrescidas, não só para os seus associados, alunos e ou utentes, mas também em relação à comunidade desportiva da freguesia.

Nesta senda, por forma a dar cumprimento às necessidades anteriormente identificadas, e ao abrigo do disposto no nos artigos 46.º, n.º 3 e 47.º da citada Lei n.º 5/2007, de 16 de janeiro, celebra-se o presente Contrato-Programa

Entre:

A **Junta de Freguesia de Marvila**, pessoa colectiva n.º 507 330 609, adiante designada por JFM, neste acto representada pelo seu Presidente, Belarmino Ferreira Fernandes Silva, como **Primeira Outorgante**,

e

O **Clube Oriental de Lisboa**, pessoa colectiva n.º 501 226 591, adiante designada por COL, neste acto representado pelo Presidente da Direcção, José Fernando Nabais, como **Segundo Outorgante**.

É celebrado o presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo nos termos e ao abrigo do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, que se rege pelas cláusulas seguintes:

## Cláusula Primeira (Objecto)

1. O presente contrato tem por objeto a atribuição de apoio financeiro ao Segundo Outorgante, com vista à execução de um programa de desenvolvimento desportivo apresentado pelo Segundo Outorgante, para a época 2014-2015, nos termos do qual este se propõe a desenvolver a modalidade de futebol de 11 (masculino), a nível das camadas jovens e escolas de formação, através de inscrições em diversas atividades nos Campeonatos Distritais da Associação de Futebol de Lisboa.



# Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA  
Tel.: 218 310 350 Fax: 218 310 359

e-mail: [info@jf-marvila.pt](mailto:info@jf-marvila.pt) [www.jf-marvila.pt](http://www.jf-marvila.pt) NIF.507330609

2. O desenvolvimento da modalidade indicada no programa de desenvolvimento desportivo indicado no número anterior encontra-se orçamentado em **27 500,00 € (vinte e sete mil e quinhentos euros)**.
3. O programa de desenvolvimento desportivo referido nos números anteriores, que faz parte integrante do presente contrato-programa, obedece ao disposto no art.º 12º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.
4. A disciplina do **regime de comparticipação** e o **acompanhamento de execução** da iniciativa aqui prevista são definidos pelo Primeiro Outorgante.

## **Cláusula Segunda** **(Apoio Financeiro)**

1. A Primeira Outorgante atribui ao Segundo Outorgante apoio financeiro referido no número 1 da cláusula anterior, no montante de **7 000,00 € (sete mil euros)**, a pagar de uma só vez, após a outorga do presente contrato-programa e desde que reunidas as condições previstas na cláusula seguinte.
2. O Apoio financeiro referido e discriminado no número anterior destina-se a contribuir nas despesas previsíveis inerentes ao desenvolvimento da modalidade desportiva indicada no programa de desenvolvimento desportivo, ficando o remanescente a cargo do Segundo Outorgante.
3. A gestão e a manutenção do apoio financeiro concedido pela Primeira Outorgante são da responsabilidade do Primeiro Outorgante.
4. A despesa inerente a este contrato será satisfeita por dotação existente na seguinte classificação económica: na orgânica 08 – Desporto e Juventude; na rubrica económica 04070103 – Protocolo de cooperação com o COL e no código 08341 – programa “Marvila em movimento”.
5. O presente contrato assume o **compromisso n.º 1590/2015**.





# Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA  
Tel.: 218 310 350 Fax: 218 310 359

e-mail: [info@jf-marvila.pt](mailto:info@jf-marvila.pt)

[www.jf-marvila.pt](http://www.jf-marvila.pt)

NIF.507330609

## **Cláusula Terceira** ***(Condições de concessão de apoio financeiro)***

1. Sem prejuízo do programa de desenvolvimento desportivo, a concessão do apoio no montante discriminado na cláusula anterior depende da demonstração da inexistência de dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira e à Segurança Social.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o Segundo Outorgante deve entregar declaração de não dívidas à Segurança Social e prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos previstos no n.º1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º114/2007, de 19 de Abril.

## **Cláusula Quarta** ***(Obrigações do Segundo Outorgante)***

1. Constituem obrigações do Segundo Outorgante:
  - a) Inscrição do Clube e atletas na Associação de Futebol de Lisboa;
  - b) Execução técnica e logística da atividade;
  - c) Fazer menção expressa do apoio da Primeira Outorgante em todos os materiais que promovam a iniciativa;
  - d) Entregar relatório final de atividades respeitante à execução total do presente contrato-programa;
  - e) Respeitar toda a legislação aplicável a esta matéria, bem como responsabilizar-se pela obtenção de todas as licenças e seguros que ao caso couberem;
  - f) Cumprir e fazer cumprir todos os regulamentos aplicáveis;
  - g) Colaborar nas atividades desportivas organizadas pela Primeira Outorgante;
  - h) Promover e divulgar as atividades referidas na alínea anterior junto dos sócios e associados, atletas e encarregados de educação.
  - i) Assegurar a execução integral e atempada do programa de desenvolvimento desportivo anexo neste contrato;
  - j) Assegurar a execução integral dos termos do presente contrato;
  - k) Afetar todos os apoios financeiros, materiais e logísticos concedidos exclusivamente à execução do programa de desenvolvimento desportivo objeto deste contrato;



# Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA  
Tel.: 218 310 350 Fax: 218 310 359

e-mail: [info@jf-marvila.pt](mailto:info@jf-marvila.pt)

[www.jf-marvila.pt](http://www.jf-marvila.pt)

NIF.507330609

- l) Informar de imediato a entidade concedente de quaisquer factos que sejam suscetíveis de perturbar a normal execução do contrato;
- m) Prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária pelos serviços da entidade concedente, nos termos da lei;
- n) Incluir no relatório anual de atividades uma referência expressa à execução do contrato-programa;
- o) Elaborar e enviar à Primeira Outorgante, no prazo de 30 dias após a cessação do presente contrato-programa, um relatório final sobre a execução mesmo;
- p) Prestar quaisquer informações ou apresentar documentos solicitados pela Primeira Outorgante que respeitem à execução do programa de desenvolvimento desportivo;
- q) Dar a conhecer aos seus associados, dirigentes, atletas e encarregados de educação, a celebração deste contrato-programa;

## **Cláusula Quinta** ***(Outras obrigações)***

Os Outorgantes obrigam-se a cooperar no sentido de garantir a boa realização da actividade objeto deste Contrato-Programa.

## **Cláusula Sexta** ***(Acompanhamento e controlo de execução)***

1. A Primeira Outorgante exerce a fiscalização da execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.
2. O Segundo Outorgante deve prestar à entidade concedente da comparticipação financeira todas as informações por esta solicitadas relativas à execução do presente contrato.





## **Cláusula Sétima** ***(Incumprimento do Contrato-Programa)***

1. O incumprimento pelo Segundo Outorgante de duas ou mais obrigações previstas no presente Contrato-Programa, constitui motivo para rescisão imediata do mesmo por parte da Primeira Outorgante e implica a devolução dos montantes recebidos.
2. O direito de resolução previsto no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Segundo Outorgante, que produz efeitos 30 dias após a receção da mesma.

## **Cláusula Oitava** ***(Suspensão do Contrato-Programa)***

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, o presente Contrato-Programa poderá ser suspenso, em qualquer momento, pela Primeira Outorgante sempre que se verificar que o Segundo Outorgante se encontra em situação de incumprimento das suas obrigações fiscais ou para com a segurança social.
2. A suspensão por um período superior a 6 meses determinará a rescisão do presente contrato, nos termos da cláusula anterior.

## **Cláusula Nona** ***(Duração do Contrato)***

O presente contrato vigorará desde a data da sua publicitação no site da JFM até à conclusão do programa de desenvolvimento desportivo, isto é, até 31 de dezembro de 2015, sem prejuízo do cumprimento integral, por parte do Segundo Outorgante, das obrigações assumidas na cláusula 4.ª do presente contrato.

## **Cláusula Décima** ***(Revisão do Contrato)***

O presente contrato pode ser modificado nas seguintes situações:

- a) Sempre que, em virtude de alteração superveniente e imprevista das circunstâncias, a sua execução se torne excessivamente onerosa para a entidade





# Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA  
Tel.: 218 310 350 Fax: 218 310 359

e-mail: [info@jf-marvila.pt](mailto:info@jf-marvila.pt)

[www.jf-marvila.pt](http://www.jf-marvila.pt)

NIF.507330609

beneficiária da comparticipação financeira ou manifestamente inadequada à realização do interesse público;

- b) Por acordo entre as partes.

## **Cláusula Décima Primeira** ***(Cessação do Contrato)***

1. A vigência do presente contrato cessa:
  - a) Quando esteja concluído o programa de desenvolvimento desportivo que constitui o seu objeto;
  - b) Quando, por causa não imputável à entidade responsável pela execução do programa, se torne objetiva e definitivamente impossível a realização dos seus objetivos;
  - c) Quando a entidade concedente do apoio exerça o seu direito de resolver o contrato;
  - d) Quando não forem apresentados os documentos a que se refere o n.º 2, do artigo 25.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009;
2. A cessação do contrato efetua-se através de notificação dirigida à parte Outorgante, no prazo máximo de 30 dias a contar do conhecimento do facto que lhe serve de fundamento.

## **Cláusula Décima Segunda** ***(Direito à restituição)***

1. Sem prejuízo do disposto na cláusula sétima, o incumprimento culposos, por parte da entidade beneficiária da comparticipação financeira, confere à JFM o direito de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa.
2. Nos demais casos não referidos no número anterior, o incumprimento confere à JFM o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.



# Freguesia de Marvila

Av. João Paulo II, Lote 526-1.º A — 1950-159 LISBOA  
Tel.: 218 310 350 Fax: 218 310 359

e-mail: [info@jf-marvila.pt](mailto:info@jf-marvila.pt)

[www.jf-marvila.pt](http://www.jf-marvila.pt)

NIF.507330609

## Cláusula Décima Terceira (Publicidade)

1. O presente contrato, com exclusão dos respetivos anexos, deve ser publicado através de edital a afixar na Junta de Freguesia de Marvila, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 273/2009.
2. O presente contrato deverá ainda ser publicitado, na íntegra, no site da Junta de freguesia de Marvila, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009.

## Cláusula Décima Quarta (Omissões)

Nos casos omissos é aplicável o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, e as demais legislação aplicável

## Cláusula Décima Quinta (Efeitos)

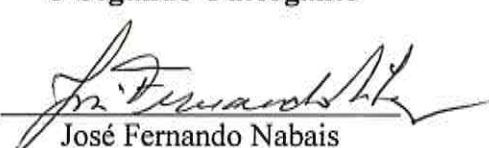
1. O presente contrato reporta os seus efeitos a partir da data de publicação do presente contrato-programa, de acordo com o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 273/2009.
2. O presente contrato-programa foi aprovado em minuta através de deliberação de Junta de Freguesia de 14 de setembro.

O presente Contrato-Programa foi celebrado em Lisboa, em 15 de setembro, contendo 9 (nove) páginas de 2 (dois) exemplares, ficando um exemplar na posse de cada um dos Outorgantes.

**O Primeiro Outorgante**

  
Belarmino Silva

**O Segundo Outorgante**

  
José Fernando Nabais  
António Henriques Lourenço





Formulário  
Programa de Desenvolvimento Desportivo  
2014-2015

**0. Objetivo do Programa de Desenvolvimento Desportivo**

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, que aprova o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos bem como os patrocínios desportivos, por parte do Estado, Regiões Autónomas ou Autarquias Locais, carece de celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo entre a entidade concedente e a entidade beneficiária.

De acordo com o artigo 8.º, a concessão de apoios mediante a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, os seguintes objetivos:

- a) Enquadrar a execução de programas concretos de promoção de atividade física e do desporto;
- b) Fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projeto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- c) Permitir a intervenção e mútua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo;
- d) Reforçar o sentido de responsabilidade dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas;
- e) Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios são concedidos.

O n.º 1 do artigo 11.º impõe a necessidade das associações e clubes desportivos que se proponham à realização de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com a Autarquia Local, que estes integrem, no respetivo clausulado ou em anexo ao mesmo, o seu programa de desenvolvimento desportivo objeto dessa comparticipação. Acresce ainda referir que no n.º 2 do mesmo artigo clarifica-se o que se considera por programas de desenvolvimento desportivo:

- a) Os planos regulares de ação das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas;
- b) Os planos de ação específica destinados a promover e divulgar a atividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais;
- c) Os projetos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;

- d) As iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da atividade física e do desporto, nomeadamente nos domínios da formação, da documentação, da investigação ou das relações com organismos internacionais.

O artigo 12.º define claramente, no seu n.º 1, os elementos que os programas de desenvolvimento desportivos devem conter, assim:

- a) Descrição e caracterização específica das atividades a realizar;
- b) Justificação do programa, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades em causa e das provas, competições ou eventos desportivos a realizar;
- c) Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa;
- d) Previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respetivos cronogramas e escalonamentos;
- e) Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecida pela entidade proponente para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras participações, financiamentos ou patrocínios e respetivas condições;
- f) Identificação de quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades;
- g) Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se os houver;
- h) Calendário e prazo global de execução do programa de desenvolvimento desportivo;
- i) Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa, se a sua titularidade não ficar pertencer à entidade outorgante do contrato, bem como a definição da entidade responsável pela sua gestão e manutenção.

O n.º 2 do mesmo artigo refere que quando o programa estiver em vista a construção de instalações ou equipamentos desportivos deve, ainda, além dos elementos referidos no número anterior, conter a planta da respetiva localização e os estudos prévios ou descrições técnicas necessárias à sua apreciação.

Por último no n.º 3 impõe que se estiver prevista a participação de terceiras entidades no contrato-programa, devem estas ser igualmente identificadas na proposta, com indicação dos respetivos direitos e obrigações.

Assim, no sentido de facilitar a elaboração deste programa de desenvolvimento desportivo, a Junta de Freguesia de Marvila desenvolveu o presente documento que deverá ser preenchido mediante a candidatura a efetuar e remetida ao Pelouro do Desporto e Juventude.



## 1ª Parte – Conteúdo Funcional

### 1. Programa de Desenvolvimento Desportivo

Caracterizar o programa de desenvolvimento desportivo, selecione, indicando com um cruz (x), a(s) áreas a que respeita esta candidatura (artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro).	
X	Plano de ação regular que visa o desenvolvimento de uma ou mais modalidades desportivas;
	Plano específico de ação, destinado a promover e divulgar a atividade física e o desporto, com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais;
	Plano de iniciativas que visem o desenvolvimento e a melhoria da prática da atividade física e do desporto;
	Projetos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;

### 2. Objeto do Programa de Desenvolvimento Desportivo

Neste campo deve a entidade elaborar uma breve descrição e caracterização específica das atividades a realizar, indicando as diversas modalidades, escalões, campeonatos e provas oficiais que irá disputar, bem como a justificação do programa de desenvolvimento desportivo (alínea a) e b) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro).

O Clube Oriental de Lisboa na actual época de 2014/2015, tem como objectivo continuar o seu plano de desenvolvimento desportivo na modalidade de Futebol (masculinos), pelo que tem inscritas e em actividade nos Campeonatos Distritais da Associação de Futebol de Lisboa. Serve também para o apoio ao aluguer do Campo do Ferroviário para a realização dos treinos e jogos das competições do Futebol Juvenil.

Os escalões federados são:

- Petizes, Benjamins, Infantis, Iniciados, Juvenis e Juniores

Teremos várias iniciativas a nível do futebol de formação, com vários torneios e encontros a nível regional

**3. Quantificação dos Resultados Esperados com a Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo**

Neste campo deve a entidade preencher os resultados, qualitativos e quantitativos, que pretende alcançar com o programa de desenvolvimento desportivo (alínea c) n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro).

Pretendemos que as nossas equipas mantenham o seu nível competitivo, e melhorá-lo se possível

**4. Identificação de outras entidades associadas à gestão do Programa de Desenvolvimento Desportivo (quando aplicável)**

Neste campo deve a entidade identificar quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades (alínea f) do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro).

Não existem outras entidades associadas à gestão e execução do programa.



**5. Relações de complementaridade com outros programas realizados ou em curso (quando aplicável)**

Neste campo deve a entidade preencher, caso se verifique, as relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas (alínea g) n.º 1 do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro).

Não existe qualquer complementaridade com outros programas.

## 6. Calendário e Prazo Global de Execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo

Neste campo deve a entidade preencher a data de início e o termo do programa de desenvolvimento desportivo (alínea h) n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro).

Início da execução do Programa: 01/09/2014

Termo da execução do Programa: 30/05/2015

Neste campo deve assinalar (com uma cruz) os momentos em se concretizam os objetivos do programa de desenvolvimento desportivo (alínea h) n.º 1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro).

Objetivos Específicos: Prática de várias modalidades desportivas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
<b>A1. Objéto Específico: Planificação e Organização do projeto</b>												
A1.1. Organização de espaços físicos e aquisição de novos espaços	X	X	X	X	X				X	X	X	X
A1.1.1. Admissão e Seleção de atletas e profissionais												
A1.1.2. Eleção de responsáveis por modalidade									X			
<b>A2. Modalidades -</b>												
Remuneração pessoal técnico	X	X	X	X	X				X	X	X	X
Conservação e reparação de materiais desportivos												
Aquisição de equipamentos desportivos												
Conversão, reparação e manutenção de instalações												
Inscrições e seguros de atletas									X	X		
Alimentação e estadia												
Participação em competição	X	X	X	X	X					X	X	X
Realização de treinos	X	X	X	X	X				X	X	X	X



### A.3. Modalidades -

[illegible]

[illegible]



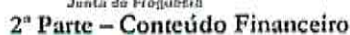


Tabela I-A Tabela a preencher para as modalidades ou disciplinas que disputam competições ou provas no quadro competitivo nacional (modalidades individuais). A entidade deve identificar o número de atletas, inscritos nas respetivas federações, por modalidade desportiva individual e por escalão.

<b>Modalidade Desportiva Individual</b>	<b>Escalação</b>	<b>Nº de Atletas</b>	
Futebol 7	Petizes	25	
Futebol 7	Benjamins	25	
Futebol 7	Infantis B	25	
Futebol 7	Infantis A	25	
Futebol 11	Iniciados	30	
Futebol 11	Juvenis	30	
Futebol 11	Juniões	30	
	Total	190	

Tabela 1-B Tabela a preencher para as modalidades ou disciplinas que disputaram competições ou provas no quadro competitivo nacional (modalidades coletivas). A entidade deve identificar o número de atletas, inscritos nas respetivas federações, por modalidade desportiva coletiva e por escalão.

<b>Modalidade Desportiva Individual</b>	<b>Escalação</b>	<b>Nº de Atletas</b>	
	Total		

### 8. Previsão de Custos e de Receitas

Nestes campos deve a entidade preencher custos e as receitas individualizadas por modalidade desportiva constante o programa de desenvolvimento desportivo (alínea d) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro).

Tabela 2-A Tabela a preencher com todas as despesas previsionais (orçamentados) para a atividade federada anunciada na tabela 1-A e 1-B.

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Despesa	Despesa Prevista
-----------------------	------------------------------	------------------

Futebol	<b>Descrição de Funcionamento da Modalidade</b>	
	Remuneração pessoal técnico	20.000,00€
	Conservação e reparação de materiais desportivos	2.000,00€
	Aquisição de equipamentos desportivos	3.000,00€
	Conversão, reparação e manutenção de instalações	0,00€
	Inscrições e seguros de atletas	2.500,00€
	Alimentação e estadia	0,00€
	Outros custos	0,00€
	Total	27.500,00€

	<b>Descrição de Funcionamento da Modalidade</b>	
	Remuneração pessoal técnico	
	Conservação e reparação de materiais desportivos	
	Aquisição de equipamentos desportivos	
	Conversão, reparação e manutenção de instalações	
	Inscrições e seguros de atletas	
	Alimentação e estadia	
	Outros custos	
	Total	

	<b>Descrição de Funcionamento da Modalidade</b>	
	Remuneração pessoal técnico	
	Conservação e reparação de materiais desportivos	
	Aquisição de equipamentos desportivos	
	Conversão, reparação e manutenção de instalações	
	Inscrições e seguros de atletas	
	Alimentação e estadia	
	Outros custos	
	Total	

	<b>Descrição de Funcionamento da Modalidade</b>	
	Remuneração pessoal técnico	
	Conservação e reparação de materiais desportivos	
	Aquisição de equipamentos desportivos	
	Conversão, reparação e manutenção de instalações	
	Inscrições e seguros de atletas	
	Alimentação e estadia	
	Outros custos	
	Total	



**Tabela 2-B Tabela a preencher com todas as receitas previsionais (orçamentados) para a atividade federada anunciada na tabela 1-A e 1-B.**

Modalidade Desportiva	Descrição Sumária da Receita	Receita Prevista
-----------------------	------------------------------	------------------

	<b>Receita de Funcionamento da Modalidade</b>	
	Formação / Camadas Jovens	
	Patrocínios / Publicidade	
	Bilheteira	
	Subsídios da Câmara Municipal	
	Subsídios de outras entidades públicas	
	Apoios e donativos particulares	
	Outras receitas	
	Total	

	<b>Receita de Funcionamento da Modalidade</b>	
	Formação / Camadas Jovens	
	Patrocínios / Publicidade	
	Bilheteira	
	Subsídios da Câmara Municipal	
	Subsídios de outras entidades públicas	
	Apoios e donativos particulares	
	Outras receitas	
	Total	

	<b>Receita de Funcionamento da Modalidade</b>	
	Formação / Camadas Jovens	
	Patrocínios / Publicidade	
	Bilheteira	
	Subsídios da Câmara Municipal	
	Subsídios de outras entidades públicas	
	Apoios e donativos particulares	
	Outras receitas	
	Total	

	<b>Receita de Funcionamento da Modalidade</b>	
	Formação / Camadas Jovens	
	Patrocínios / Publicidade	
	Bilheteira	
	Subsídios da Câmara Municipal	
	Subsídios de outras entidades públicas	
	Apoios e donativos particulares	
	Outras receitas	
	Total	

Tabela 3- Tabela a preencher com o valor total das despesas e receitas previsionais (orçamentados) para a atividade federada enunciada na tabela 1-A e 1-B.

Total de Despesas Tabela 2-A	27.000,00€
Total de Receitas Tabela 2-B	7.000,00€

9. Demonstração do grau de autonomia financeira

Neste campo deve a entidade preencher o grau de autonomia financeira, técnica, material e humana oferecido para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras participações, financiamentos ou patrocínios e respetivas condições (alínea d) n.º1 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro).

O único patrocínio que o Clube Oriental de Lisboa recebe é da Junta de Freguesia de Marvila

10. Outras informações

Neste campo deve a entidade preencher outras informações que considere relevantes na análise do programa de desenvolvimento desportivo.

Não temos mais nada a declarar

11. Responsáveis pela assinatura do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo

O contrato-programa de desenvolvimento desportivo deverá ser obrigatoriamente assinado pelos responsáveis da entidade, de acordo com a forma de obrigar. Assim deve indicar o nome completo e o cargo que desempenha:

Responsável 1

Nome: Jose Fernando Cardoso Nobais

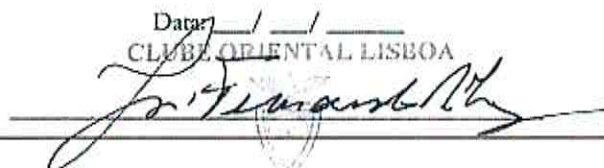
Membro da direção com as funções de: Presidente



## 12. Assinatura do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo

O Programa de Desenvolvimento Desportivo deve ser acompanhado pelas declarações válidas de não dívida às Finanças e à Segurança Social, devendo existir o consentimento expresso para a consulta da situação tributária por parte dos serviços da Junta de Freguesia de Marvila.

O presente documento deverá ser devidamente assinado e carimbado pelo Presidente da Direção, ou um seu representante.

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
CLUBE ORIENTAL LISBOA  


## 13. Relatório Final do Programa de Desenvolvimento Desportivo

Tomei conhecimento que após a conclusão do Programa de Desenvolvimento Desportivo, terá de ser elaborado e enviado um relatório, à Junta de Freguesia de Marvila, até 31 de Julho de 2016, que avalie os pontos n.º 2, 3, 7 e 8 deste Programa, conforme disposto no n.º 5 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

Recebido em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, por

(A preencher pelo representante da Junta de Freguesia de Marvila)